



Análise da Efetividade do Manejo de duas Áreas de Proteção Ambiental do Litoral Sul da Bahia

The management effectiveness of two protected areas in the south coast of Bahia State, Brazil

Artaza-Barrios, O. H. *

Flora Brasil – Itamarajú (BA)

Schiavetti, A.**

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz (BA)

RESUMO

O presente estudo avalia a efetividade do manejo de duas unidades de conservação localizadas no litoral sul da Bahia: Área de Proteção Ambiental da Costa de Itacaré –Serra Grande e Área de Proteção Ambiental de Caraíva – Trancoso. Este estudo parte da hipótese de que somente as APA que sejam efetivamente implantadas e manejadas podem colaborar para a proteção da biodiversidade local. A metodologia empregada no presente estudo avalia as condições de manejo através de quatro âmbitos fundamentais para a sustentabilidade em longo prazo das unidades de conservação: ambiental; social; econômico; institucional. Os resultados apontam que a APA Costa de Itacaré - Serra Grande se encontra numa situação de manejo regular, atingindo um grau de efetividade do seu manejo de 61,6% do seu nível ótimo de manejo, enquanto que a APA de Caraíva – Trancoso se encontra numa condição de manejo extremamente precário, alcançando apenas 18,5% da sua situação ótima. Como conclusão observa-se que estas unidades de conservação não estão contribuindo de maneira efetiva para a conservação dos recursos naturais e tampouco para a melhoria da qualidade de vida da população local. Desta forma, os objetivos de manejo para os quais estas unidades foram criadas não serão atingidos em médio e longo prazos.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental, Sul da Bahia, Conservação

* artazaflora@hotmail.com, *Biólogo, MSc em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente*

** aleschi@uesc.br, *Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), Rod. Ilhéus - Itabuna, km 16, Salobrinho, 45662-000, Ilhéus, Bahia, Brazil*

ABSTRACT

The present study evaluates the management effectiveness of two protected areas located in the south coast of the State of Bahia, Brazil: Environmental Protected Area of the Costa de Itacaré – Serra Grande and Environmental Protected Area of Caraíva - Trancoso. The hypothesis of investigation is that only Environment Protected Areas (APA – in Brazil) that are effectively implemented and are under management are able to contribute to the protection of local biodiversity. The methodology used in this study evaluates the management conditions, taking into consideration four aspects that are considered fundamental to the sustainability in long terms of the units of conservation: 1. ambiental; 2. social; 3. economical; and 4. institutional. The results indicate that the APA of Itacaré – Serra Grande actually presents a regular level of management, reaching 61.6% of effectiveness, while the APA of Caraíva - Trancoso shows a management level extremely precarious, reaching only 18.5% of efficiency. In conclusion, it is noted that the present management carried out in those units of conservation is not efficient in providing conservation of natural resources or in improving the welfare of local population. Therefore, in keeping the actual management condition of these protected areas, in a medium and long terms, one can assume that the conservation goals for which the units had been created will no longer be achieved, what risks the public resources already invested in these areas.

Keywords: Environmental Protect Areas, South of Bahia State, Conservation

1. Introdução

As Unidades de Conservação (UC) são regiões do território que em virtude de seus atributos físicos, biológicos, de beleza cênica ou capacidade recreativa merecem ou precisam ser tratados de forma especial. Estes cuidados especiais se referem à proteção e manejo adequados, de forma que garanta a manutenção destes atributos ao longo do tempo.

Fica evidente que apenas o ato administrativo de criar uma UC não garante sua efetiva implementação, requerendo do órgão gestor (governo federal, estadual, municipal ou proprietário particular) estabelecer as condições adequadas de infra-estrutura, de pessoal e de regularização fundiária que permitam de fato proteger a área.

Uma outra ferramenta importante para a implementação das UC consiste na elaboração de bons planos de manejo, adequados à realidade da UC, e a definição de sua zona de amortecimento. Essas são as ferramentas indispensáveis para a definição de diretrizes de uso que permitam as comunidades de dentro e de fora da UC conhecer a forma de conduta que se espera delas, a fim de contribuir com a manutenção dos atributos naturais da área.

Sabe-se que o manejo efetivo de UC depende de vontade, conhecimento e planejamento. É necessário ter um conhecimento claro dos problemas e de suas causas dentro de uma visão geral da unidade (Padovan, 2004).

A profissionalização do manejo das UC requer também o domínio de ferramentas de avaliação que irão apontar as fragilidades e fortalezas do manejo que vem sendo realizado, de forma a corrigir rumos e estabelecer novas metas.

Diversos estudos vêm sendo realizados nos últimos anos para desenvolver metodologias de avaliação que permitam conhecer o grau de implementação de áreas protegidas (Faria, 1997; Izurieta et al., 1999; Padovan, 2001; Mesquita, 2002; Alves, 2002), inclusive em áreas marinhas. No Brasil, Mesquita (1999) e Padovan (2001) realizaram estudos sobre a efetividade de manejo em áreas costeiras, encontrando Unidades de Conservação que possuíam nenhum nível de implantação (Área de Proteção Ambiental Paulo Cear Vinha - ES) até unidades que estavam efetivamente implantadas (Reserva Particular do Patrimônio Natural Salto Morato - PR). No Hawaí, Tissot *et al.* (2003) desenvolveram pesquisas em nove áreas protegidas da costa oeste da ilha com intuito de observar se as áreas protegidas estavam de fato protegendo os recursos naturais. O resultado destes trabalhos demonstra que as áreas protegidas bem implantadas são peça fundamental na proteção e conservação da biodiversidade e recomendam a implantação de um amplo programa de monitoramento estatal.

A proposta deste trabalho é a de realizar uma avaliação da efetividade do manejo em duas Áreas de Proteção Ambiental – APA na Bahia, inseridas na área do Corredor Central da Mata Atlântica, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e no Sítio do Patrimônio Natural Mundial.

2 . Caracterização das Unidades de Conservação Estaduais do Estado da Bahia

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado da Bahia protege 6.434.218 ha, o que representa pouco mais de 10% de todo seu território.

Considerando apenas as UC da categoria de Proteção Integral, o Estado protege apenas 65.854 ha, ou **0,12%** do seu território, o que mostra que o Estado da Bahia realiza poucos esforços para conservar a biodiversidade e os ecossistemas mais importantes do seu território.

O governo federal protege, apenas na porção baiana do Corredor Central da Mata Atlântica, em unidades de proteção integral, 146.402 ha, incluindo neste valor os três Parques Nacionais terrestres e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, o que representa pouco mais de 0,20% do território baiano.

Quanto às RPPN, categoria de unidade de conservação privada que passou a fazer parte do sistema nacional em 2000, depois da sanção da Lei Federal 9.985/00, atualmente abrangem 0,06% do território da Bahia e protegem efetivamente 34.245ha, ou seja, metade do que o estado da Bahia protege em UC de proteção integral.

Como fica demonstrado nos dados apresentados acima, as UC de Uso Sustentável, principalmente APA, são o pilar da estratégia estadual de conservação dos recursos naturais, da biodiversidade e dos diversos ecossistemas presentes no estado.

No ano de 1985 foi criada a primeira APA estadual da Bahia, a APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, com uma superfície de 11.900ha. A partir desse momento, observa-se que o estado praticamente assume a criação de APA como política de conservação dos recursos naturais, pois em vinte anos foram criadas mais 31 APA no estado, atingindo os atuais 5.972.871ha sob esta categoria de UC (TABELA 1). Em termos percentuais, isto quer dizer que de todo o território protegido por UC estaduais, as APA representam 98,9%.

Cabe neste momento lembrar que APA é uma categoria de UC de Uso Sustentável, onde geralmente não há desapropriação de terras, o que significa que o Estado evita, dentre outras questões, o pagamento de indenizações, além do desgaste político e social que representa a remoção de populações residentes na área.

Embora a política do Estado da Bahia em proteger seus recursos naturais estar sendo conduzida através da criação de APA, pouco tem sido feito para implementar as unidades criadas. Uma rápida revisão de alguns dos principais indicadores de presença do Estado nestas UC dá uma idéia da situação atual das APA baianas. A TABELA 2 traz alguns itens necessários para o funcionamento de uma unidade de conservação.

A APA de Pratigi aparece nesta tabela com Conselho formado, pois ele está legalmente instituído, porém não se reúne há mais de um ano. Recentemente houve uma iniciativa, por parte do órgão executor da gestão da Unidade (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH), de reativá-lo, mas até o presente momento não houve mudança nesta situação. Portanto, das dez APA do litoral Sul da Bahia, todas localizadas em Pólos de desenvolvimento do turismo, ou seja, sujeitas a grande pressão dos seus recursos naturais, apenas quatro contam atualmente com Responsável Legal Nomeado (R.L.N.), duas têm Conselho instituído e em nenhuma delas o R.L.N. mora na unidade. Ainda, sete das dez APA trocaram seu R.L.N. nos últimos cinco anos, acarretando perdas na continuidade das ações que estavam sendo desenvolvidas, a exemplo das APA de Pratigi e da Costa de Itacaré - Serra Grande.

Tabela 1. Área das Unidades de Conservação do Estado da Bahia.

<i>Unidades de Conservação (Categorias)</i>	<i>Área (ha)</i>
1. ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAIS	5.972.871
2. ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAIS	40.805
3. PARQUES NACIONAIS	289.965
4. PARQUES ESTADUAIS	58.096
5. PARQUES MUNICIPAIS	7.275
6. RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL	34.245
7. ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL	6.954
8. ÁREA ESTADUAL DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO	12.168
9. MONUMENTO NATURAL	804
10. OUTRAS CATEGORIAS	11.035
TOTAL BAHIA	6.434.218

FONTE: SEMARH, 2007

Tabela 2. Indicadores de governança nas APA do Litoral Sul da Bahia.

APA	Conselho Instituído	Responsável Legal Nomeado (R.L.N.)	Quantos R.L.N. nos últimos 5 anos	Sede na APA
Guaibim	Não	Não	1	Não
Pratigi	Sim	Não	2	Não
Tinharé Boipeba	Não	Sim	2	Não
Baía de Camamu	Não	Não	-	Não
Costa de Itacaré Serra Grande	Sim	Sim	2	Sim
Lagoa Encantada e Rio Almada	Sim	Sim	1	Sim
Santo Antônio	Não	Não	2	Não
Caraíva Trancoso	Não	Sim	3	Não
Coroa Vermelha	Não	Não	3	Não
Ponta da Balcia Abrolhos	Não	Não	2	Sim

FONTE: SEMARH, 2005

Este quadro não se restringe apenas às APA baianas e sim parece ser uma realidade que atinge esta categoria de manejo. Côrtes (2003) aponta que, dentre as vinte APA estaduais de São Paulo, apenas três conseguiram instituir até àquela data seus colegiados.

Moraes (2004) assegura que as APA não existem de fato e que por esse motivo acabam sendo negativamente avaliadas por profissionais preservacionistas. Para o Estado da Bahia, estas UC estão relacionadas a regiões com grandes projetos de desenvolvimento turístico, tais como a estrada BA 001. De fato, o Governo baiano, ao criar dezenas de APA em áreas com forte apelo turístico, fortalece a visão de que esta categoria está sendo utilizada, em muitos casos, apenas para favorecer o processo de ocupação turística das áreas.

Mesmo com estes argumentos contra as APA, Röper (2000), Cabral *et al.*, (2001), Côrtes (2003) e Moraes (2004), levantam posições no sentido de que estas UC propiciam uma importante oportunidade para que, através das ferramentas de planejamento e gestão colocadas à disposição, estimulem e fortaleçam as mudanças de atitudes necessárias ao estabelecimento de uma nova relação entre homem e natureza.

3. Materiais e Métodos

A Área de Proteção Ambiental - APA Costa de Itacaré/Serra Grande – foi criada pelo Decreto Estadual nº 2.186 de 07/06/93, localizando-se no litoral Sul da Bahia, (39° 16' 55" e 38° 58' 2" Oeste e

14° 12' 55" e 14° 32' 0" Sul). A área avaliada neste trabalho corresponde aos limites da unidade antes de sua recente ampliação através do Decreto Estadual nº 8.649 de 22 de setembro de 2003 e que aumentou a área da APA dos 14.925 ha iniciais para os atuais 62.000 ha. A criação da APA está associada ao asfaltamento do trecho da BA-001, que liga Ilhéus a Itacaré. Os recursos para o asfaltamento vieram principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio de um programa de investimentos em infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo em vários locais do nordeste.

A APA de Caraíva – Trancoso foi instituída pelo decreto estadual nº 2.215 de 14 de junho de 1993 e compreende uma área de 31.900ha, localizada na região litorânea do Município de Porto Seguro, no extremo sul do Estado da Bahia. Suas coordenadas geográficas são 39° 14' 9" e 39° 5' 8" Oeste e 16° 35' 18" e 16° 51' 0" Sul. O acesso a APA é através da rodovia BA-001 ou desde Porto Seguro por balsa, atravessando o Rio Buranhém em direção à Arraial D'Ajuda, seguindo por caminho asfaltado até o entroncamento com a BA-001.

Para a realização deste trabalho adotou-se o conceito de manejo definido pela Lei 9.985/00 (SNUC), no qual se refere ao manejo como: “todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”. O método adotado neste trabalho tem

como enfoque a avaliação das condições de manejo, uma vez que para medir a qualidade do ambiente são requeridas informações consistentes e sistemáticas sobre o estado dos recursos e dos processos ecológicos, medição esta que apresenta um elevado custo financeiro.

O método considera quatro âmbitos como fundamentais para se atingir a sustentabilidade de longo prazo das unidades de conservação. São estes: o âmbito ambiental; social; econômico e institucional (Izurieta, *et al.* 1999).

Cada âmbito abaixo foi avaliado por um especialista na área e no fim do processo todos os membros da equipe reuniram-se para, em conjunto com o coordenador da equipe, o gestor da unidade de conservação e mais três membros das comunidades das APA estudadas, realizarem a pontuação final.

1. âmbito *ambiental*: avalia os aspectos relacionados com a categoria de manejo, a biodiversidade e a diversidade cultural presentes na área, assim como as demais condições que favorecem a viabilidade ecológica;
2. âmbito *social*: aborda os mecanismos institucionais e as estratégias para a integração da unidade de conservação com as populações de dentro e do entorno;
3. âmbito *econômico/financeiro*: avalia os benefícios decorrentes da implantação da unidade de conservação para as comunidades de dentro e ou do entorno da área, bem como a disponibilidade dos recursos financeiros necessários ao manejo adequado;
4. âmbito *institucional*: avalia os fatores relacionados ao planejamento, legislação, infra-estrutura, pessoal e demais aspectos institucionais que influenciam no manejo.

A avaliação da efetividade do manejo da unidade de conservação foi baseada nos critérios descritos em Padovan (2004).

Com base neste método os âmbitos estão estruturados em princípios, critérios e indicadores, sendo que:

- os princípios são considerados como as “leis” ou “verdades fundamentais” sob as quais se organizam os critérios e indicadores. Os princípios têm como principais características serem condições relevantes e indispensáveis para

alcançar o objetivo e refletem o “estado desejado”;

- os critérios caracterizam os elementos essenciais ou o conjunto de condições mediante os quais se pode avaliar o manejo. Os critérios estão em um nível hierárquico imediatamente inferior aos princípios e têm como função demonstrar o grau de adesão ao princípio a ele relacionado;
- os indicadores possibilitam mensurar os critérios, já que estes não podem ser medidos diretamente. Os indicadores estão num nível hierárquico inferior aos critérios e evidenciam as mudanças das condições do sistema a ser avaliado.

Para cada indicador são utilizados gradientes de condições onde o menor nível equivale a zero e o nível ótimo corresponde a quatro. Quando o indicador cumpre parte dos requisitos de um nível (e parte do nível acima (por exemplo nível 1 e 2), deverá receber nota intermediária (nota final 1,5). Os valores percentuais alcançados pelos indicadores são interpretados em termos de eficácia do manejo, tendo como referência cinco níveis definidos de acordo com Cifuentes *et al.* (2000).

No total foram avaliados 65 indicadores (Padovan, 2004) que, após a somatória dos pontos atribuídos, dentro de cada âmbito, tiveram seu total transformado em porcentagem e comparados com o percentual ótimo de manejo recomendados em Cifuentes *et al* (2000), que consideram que:

- **< 35 % ou manejo insatisfatório**, indica que a unidade de conservação carece dos recursos mínimos necessários para seu manejo básico e, portanto, não garante sua permanência em longo prazo e com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação.
- **36-50 % manejo pouco satisfatório**, significa que a área possui certos recursos que são indispensáveis ao manejo, mas que ainda não alcança o mínimo aceitável. A área está em uma condição de alta vulnerabilidade a fatores externos e internos e não existem garantias de sua permanência em longo prazo.
- **51-75 % ou manejo regular**, significa que a área possui os requerimentos mínimos para o manejo, mas apresenta deficiências essenciais que não permitem estabelecer uma base sólida para o

manejo efetivo. As condições do manejo podem comprometer a integridade dos recursos e o cumprimento dos objetivos de manejo pode ser parcial.

- **76-89 % manejo satisfatório**, indica que as atividades de manejo estão sendo atendidas adequadamente, pois a área possui as condições necessárias. Existe um equilíbrio dinâmico entre os âmbitos do manejo e o conjunto tende ao cumprimento dos objetivos de manejo. A permanência da área estaria garantida sob estas condições.
- **90-100 % manejo muito satisfatório**, ou seja, a área conta com todos os meios para um manejo eficiente e tem possibilidades de absorver certas exigências do futuro sem comprometer a conservação do recurso. O cumprimento dos objetivos da área estaria garantido em longo prazo.

A base para a avaliação foi obtida por meio da triangulação de três fontes de informação:

- revisão de documentos, como: plano de manejo e Zoneamento Econômico-Ecológico, atas das reuniões do Conselho, processos de vistoria em andamento e encerrados, processos de licenciamento em andamento e encerrados, artigos científicos, teses e dissertações realizados com autorização do órgão executor, correspondência interna entre o órgão executor e o Responsável Legal, mapas e fotografias aéreas da região e informações socio-econômicas. Para ambas APA os documentos plano de manejo e vistorias em andamento e encerrados eram obrigatórios, sendo que os outros documentos auxiliaram no processo de análise;
- observações de campo e;
- entrevistas abertas com atores e setores de interesse, tais como: visitantes, moradores de dentro e do entorno, lideranças locais relacionadas com o manejo da área, técnicos do órgão gestor e da unidade de conservação. Os entrevistados foram voluntários que se prontificaram a participar do trabalho após reunião do Conselho Gestor (APA Costa de Itacaré/Serra Grande) ou reunião participativa (APA Caraíva-Trancoso). A divisão entre os atores foi a da paridade, com no mínimo um entrevistado para cada setor de interesses. Estas entrevistas subsidiaram a

avaliação dos âmbitos social e econômico/financeiro.

As atividades de avaliação consistiram em:

- Seleção e reunião dos documentos necessários;
- Seleção dos locais de visita, de acordo com o R.L.N. e imagens de satélite Landsat (bandas 3, 4 e 5) de 2000, para a identificação das localidades com conflitos legais ou em áreas de impactos ambientais relevantes;
- Elaboração dos roteiros das entrevistas;
- Permanência na unidade por pelo menos quatro dias, para conhecimento e contato com a população;
- Reunião final de consenso, com a participação do R.L.N., da equipe de avaliação e de representantes da comunidade.

Assim o avaliador de cada âmbito chegou, ao final de quatro dias, a pontuar, na escala de zero a quatro, cada indicador dentro do âmbito para o qual foi selecionado (TABELA 3). Além de pontuar, identificou e elencou as principais justificativas que permitiram chegar a essa pontuação.

Finalmente, no quinto dia de avaliação o grupo de avaliadores se reuniu com o Conselho, alguns membros da comunidade (onde há Conselho, os representantes são os conselheiros, onde não havia Conselho atentou-se para a participação de setores mais atuantes possíveis e conhecedores da região) e com o Responsável Legal. Neste momento se iniciou a revisão da pontuação atingida por cada indicador e a nota (do avaliador) foi discutida com o grupo, sendo obtida, segundo o método descrito em Izurieta et al (1999), através do consenso. Para a obtenção do consenso foi estabelecido que cada avaliador justificasse a pontuação indicada para cada parâmetro e, caso não houvesse questionamentos, esse seria a pontuação atribuída. Caso houvesse discordância foi encontrada a média da pontuação para o item atribuída pelo avaliador e pelos demais presentes.

Tabela 3. Indicadores utilizados para a avaliação do âmbito social na APA CARAÍVA - TRANCOSO e suas respectivas pontuações.

Indicador	Pontuação	Média do âmbito
.1.1 A unidade de conservação possui um conselho gestor que facilita a integração da sociedade civil no manejo da área	0,0	0,5
.1.2 Estratégias de integração entre a população e a unidade de conservação	0,0	
.1.3 Os mecanismos de integração estabelecidos incorporam os diferentes atores sociais e consideram suas particularidades técnicas, culturais, de gênero, religiosas e de idade	0,0	
.1.4 População alvo informada e envolvida com a implementação das ações de integração	0,5	
.1.5 A unidade de conservação e as comunidades locais desenvolvem ações conjuntas para o manejo da área	0,0	
.1.6 Manifestam-se atitudes favoráveis ao manejo da UC	0,0	

4. Resultados e Discussão

4.1. APA Costa de Itacaré-Serra Grande

A APA Costa de Itacaré/Serra Grande atingiu, no processo de avaliação, 61,6 % do ótimo, representando condições de manejo regular. Isto significa que, a área possui os requisitos mínimos para o manejo, mas apresenta deficiências essenciais que não permitem estabelecer uma base sólida para o manejo efetivo. As condições do manejo podem comprometer a integridade dos recursos e o cumprimento dos objetivos de manejo podem ser parciais. Na FIGURA 1 apresenta-se os resultados obtidos pelos quatro âmbitos avaliados.

A análise comparativa dos quatro âmbitos avaliados evidencia que esta unidade apresentou condições de manejo muito próximas e equilibradas. Este resultado reflete em parte, os esforços realizados nos últimos oito anos por organizações governamentais como a Secretaria de Investimentos em Turismo – SUINVEST; o Centro de Recursos Ambientais – CRA; a Companhia de Desenvolvimento da Bahia – CONDER dentre outras e reflete também e, principalmente, o esforço constante de uma parcela significativa da comunidade de Serra Grande e de Itacaré que acreditou na APA e se dispôs voluntariamente a trabalhar pela sua implementação. Por último, este resultado ainda reflete o forte engajamento que algumas organizações não governamentais tiveram e têm com o manejo desta unidade de conservação, tais como: o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia – IESB, que nos últimos anos tem disponibilizado vários de seus técnicos e seu conhecimento acumulado para

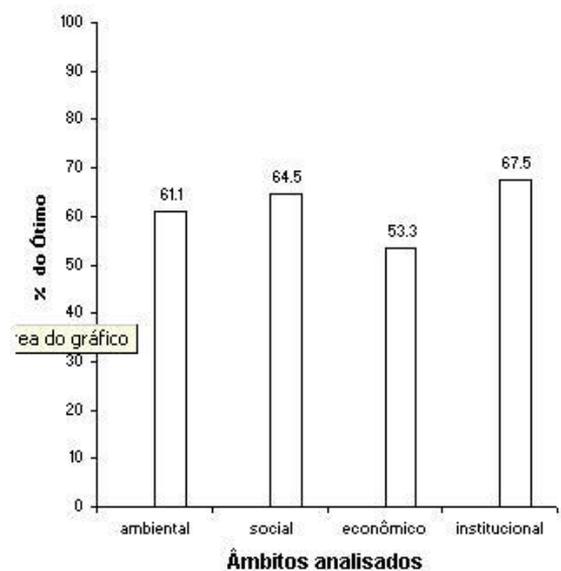


Figura 1. Pontuação dos âmbitos avaliados no manejo da APA ITACARÉ - SERRA GRANDE.

apoiar a implementação da APA. Outras ONG também demonstraram seu apoio em diversos momentos para a APA, dentre elas a Conservação Internacional (inclusive financiando parte deste estudo) e a ONG Floresta Viva.

A análise dos resultados evidencia o grau de fragilidade do manejo desta UC. A implementação e o ótimo manejo de uma unidade de uso sustentável requerem um forte arranjo institucional, com várias organizações cooperando para o sucesso da unidade. Isto quer dizer que, uma mudança neste arranjo institucional, que tem permitido a implementação da APA, pode comprometer o manejo futuro da UC.

4.2. APA Caraíva-Trancoso

A APA Caraíva-Trancoso atingiu um resultado de 18,5 % do ótimo esperado. Conforme o método adotada neste estudo, este percentual encontrado indica que o manejo da APA é insatisfatório. Apenas o âmbito ambiental se encontra acima dos valores atribuídos ao conceito insatisfatório e se situa no conceito pouco satisfatório. Ou seja, no conjunto, a unidade foi muito mal avaliada e conforme a metodologia “a unidade de conservação carece dos recursos mínimos necessários para seu manejo básico e, portanto, não garante sua permanência em longo prazo e com estas condições não é possível alcançar os objetivos de conservação”. A FIGURA 2 resume os resultados dos âmbitos.

Observa-se, a partir dos resultados apresentados na Figura 2, que existe uma forte disparidade no manejo da APA para os âmbitos avaliados. Enquanto o âmbito ambiental é avaliado com 42 % do ótimo o âmbito econômico/financeiro e o social são avaliados com 10,8 e 12,5%, respectivamente. No caso do âmbito social, por exemplo, apenas um dos seis indicadores avaliados recebeu 0,5 ponto, os outros cinco receberam nota zero (TABELA 4).

No âmbito econômico/financeiro dos 13 indicadores avaliados, sete receberam nota zero, um recebeu nota 0,5 e 5 indicadores receberam nota 1. No âmbito ambiental, que obteve 42% do ótimo, dos 19 indicadores avaliados, dois indicadores receberam nota zero; um indicador nota 0,5; seis indicadores receberam nota 1; dois indicadores receberam nota

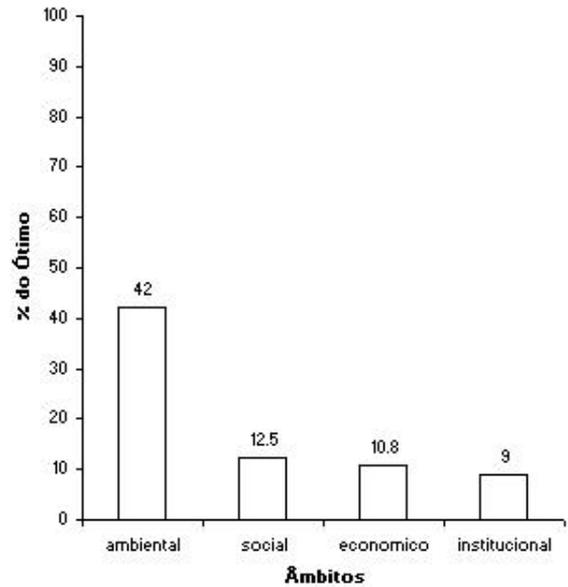


Figura 2. Pontuação dos âmbitos avaliados no manejo da APA CARAÍVA - TRANCOSO.

1,5; 3 indicadores terminaram com nota 2,5 e 4 indicadores com nota 4 (a maior pontuação da escala).

Os indicadores que receberam a maior pontuação do âmbito ambiental são os indicadores que medem a qualidade técnica dos trabalhos que definiram a unidade em relação as suas características de biodiversidade, paisagens, cultura etc. O outro indicador deste âmbito que recebeu nota 4 foi o indicador que também se refere a informações técnicas sobre a forma em que a unidade foi criada.

Tabela 4. Indicadores utilizados para a avaliação do âmbito social na APA CARAÍVA - TRANCOSO e suas respectivas pontuações.

Indicador	Pontuação	Média do âmbito
.1.1 A unidade de conservação possui um conselho gestor que acilita a integração da sociedade civil no manejo da área	0,0	0,5
.1.2 Estratégias de integração entre a população e a unidade de conservação	0,0	
.1.3 Os mecanismos de integração estabelecidos incorporam os diferentes atores sociais e consideram suas particularidades técnicas, culturais, de gênero, religiosas e de idade	0,0	
.1.4 População alvo informada e envolvida com a implementação das ações de integração	0,5	
.1.5 A unidade de conservação e as comunidades locais desenvolvem ações conjuntas para o manejo da área	0,0	
.1.6 Manifestam-se atitudes favoráveis ao manejo da UC	0,0	

A APA Costa de Itacaré - Serra Grande também recebeu, nos mesmos indicadores, notas altas, o que mostra neste ponto que os trabalhos técnicos que levaram à escolha da unidade, dos ecossistemas que a mesma protege e os objetivos de conservação são bem elaborados e consistentes. Porém, o bom resultado da APA pára neste critério, pois os indicadores não conseguem superar a nota 1,5.

No âmbito institucional, no qual a APA mostrou uma performance um pouco melhor, a análise dos indicadores nos mostra que dos 29 indicadores avaliados, 10 receberam a pior pontuação possível (zero); três indicadores ficaram com nota 0,5; seis com nota 1; três com nota 2; um indicador recebeu nota 2,5; dois receberam nota 3; um com nota 3,5 e apenas um indicador conseguiu receber a nota máxima (4).

Dos indicadores que receberam melhor pontuação (entre 3 e 4), um se refere aos acessos da unidade, o indicador 7.5.4, que recebeu nota 3; já o indicador que recebeu nota 4, se refere ao *status* legal da área e o que recebeu nota 3,5 se refere aos regulamentos, normas e procedimentos de uso dos recursos naturais. Portanto, analisando-se os únicos indicadores que recebem melhores pontuações pode-se afirmar que

estes não foram devidos a ações do manejo na Unidade em si e sim dependente ou do sistema legal de gestão de UC do Estado instituído ou de infraestrutura externa.

Quando é o próprio manejo que é avaliado, as notas não conseguem o mínimo necessário para indicar um manejo no mínimo pouco satisfatório, dificultando com isso a sustentabilidade em longo prazo da unidade de conservação.

As observações realizadas pela equipe em campo e pelo enquadramento da APA como de manejo insatisfatório mostram claramente o panorama complicado e difícil desta unidade. O R.L.N não mora na UC, não tem uma agenda de trabalho conhecida com a população e nem com os empreendedores que estão implantando projetos de qualquer natureza na área. A vontade de envolvimento da comunidade é evidente, porém é confusa e não possui um canal formal para se manifestar. Em resumo, a APA de Caraíva – Trancoso é uma Unidade de Conservação do Estado da Bahia que não está cumprindo seu objetivo básico de manejo.

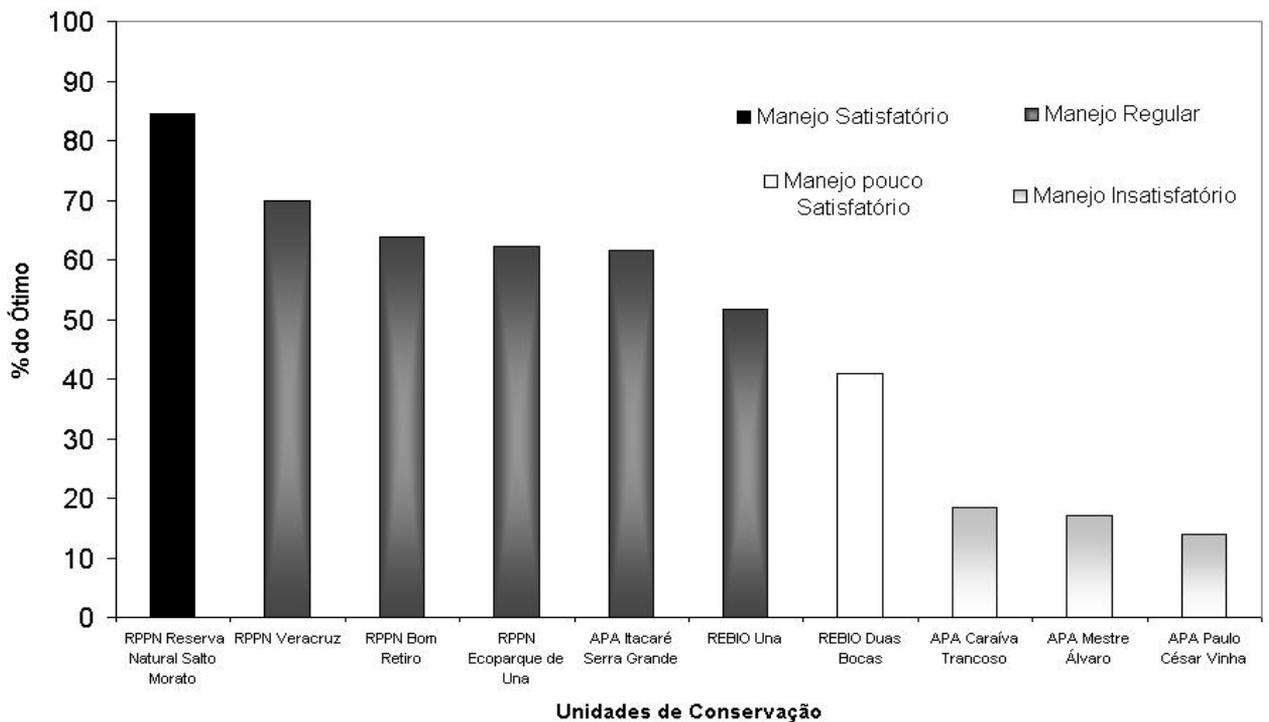


Figura 3. Comparação entre as avaliações de efetividade de manejo em UC na Mata Atlântica.

4.3. Comparação com outras Unidades de Conservação da Mata Atlântica.

O mesmo método de avaliação da efetividade de manejo utilizada neste estudo foi utilizada para avaliar outras categorias de UC, como as RPPN Reserva Salto Morato, Veracruz, Bom Retiro e Ecoparque de Una, avaliadas por Mesquita (2002); as Reservas Biológicas de Una (BA) (Artaza, dados não publicados) e Duas Bocas (ES) e as APA do Espírito Santo, sendo estas três últimas parte da amostra de UC avaliadas pela equipe do IPEMA (relatório interno) em 2003. A comparação do sucesso de manejo destas UC está apresentada na FIGURA 3.

No caso da APA de Itacaré Serra Grande e, em função da informação disponível, é possível dizer que esta unidade está num nível de implementação que lhe permite, em parte, melhorar a qualidade de vida da população e proteger parcialmente os recursos naturais do território. É importante lembrar que estes processos são altamente dinâmicos e que avaliações positivas ou negativas podem ser revertidas no curto prazo se mudarem as condições. Isso reforça a necessidade de continuidade para a implementação da unidade, que ainda está longe de ser um modelo ideal.

No caso da APA de Caraíva –Trancoso esta não promove a melhoria da qualidade de vida da população e nem protege seus recursos naturais. A conservação na unidade é ineficiente e carece das condições mínimas de manejo para garantir a manutenção em longo prazo de suas características naturais.

As APA apresentaram comportamentos distintos, sendo que APA com um mínimo de implementação pelo Estado, com apoio social e interinstitucional e com algum aporte de recursos financeiros, mostra o mesmo nível de desempenho, ou até maior, que unidades de proteção integral. Por outro lado, as APA que não possuem o mínimo de implementação, nem apoio social e aporte de recursos não atendem às exigências mínimas que garantam a manutenção dos ambientes e recursos naturais que deveriam estar protegendo.

As unidades de conservação costeiras fazem parte de uma estratégia de gestão nacional dos recursos naturais. Dentre elas, o controle da entrada de sedimentos nos estuários, o que garante a manutenção dos processos biogeoquímicos e a dinâmica física das praias abrangidas por estas unidades.

A adoção do zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão estabelece normas para que haja atividades econômicas e sociais nestas áreas, o que possibilita a ocupação ordenada da região costeira.

5. Recomendações

A partir dos resultados desta pesquisa é possível levantar algumas condições que são fundamentais para o sucesso do manejo em unidades de usos sustentável, especialmente APA:

- É fundamental ter um programa permanente de monitoramento das atividades antrópicas com potencial impactante no interior da unidade. Para este monitoramento ser mais eficaz, o R.L.N. da APA deve promover os mecanismos necessários para obter informações que lhe permitam ter uma visão mais ampla da unidade ao longo do tempo. Imagens de satélite ou mosaicos de fotografias aéreas podem servir para essa finalidade, sendo importante a aquisição periódica das mesmas (com intervalos de no mínimo 2 e no máximo 4 anos);
- O monitoramento e fiscalização via terrestre pode ser potencializado através de sobrevôos com regularidade trimestral sobre todo o território da APA. Estes sobrevôos podem ser com ultra-leve, de forma a diminuir os custos da operação. Operação realizada com este sistema misto, que combina monitoramento aéreo e terrestre, foi utilizada durante um ano com sucesso na APA de Itacaré - Serra Grande;
- Estabelecer um mecanismo consistente de participação social, com funções bem definidas e cronograma estabelecido por consenso, pois um Conselho pode cumprir essa finalidade, porém deve demonstrar eficiência na busca por resultados concretos. Se não forem alcançados esses resultados concretos, o “esvaziamento” do Conselho é inevitável;
- Fortalecer permanentemente a base social da APA através de cursos, viagens de intercâmbio e outras iniciativas que visem o aprimoramento das associações e de suas lideranças;
- O órgão executor da gestão da APA deve escolher para trabalhar nas unidades de conservação, profissionais com o perfil adequado para o cargo. É de fundamental importância que as pessoas que vão lidar com APA, entendam perfeitamente

a dinâmica socioambiental desta categoria de UC;

- O órgão executor da gestão deve estabelecer claramente no Plano Operativo Anual – POA, instrumento de planejamento utilizado pelo Estado da Bahia para programar os gastos a serem realizados no ano fiscal subsequente, os recursos financeiros que serão disponibilizados para cada unidade e em que tempo. Estes recursos devem ser em quantidade suficiente para atender todas as necessidades básicas do manejo da UC. No caso da APA de Itacaré Serra Grande, o valor anual aproximado para ter um manejo adequado (tais como: combustível, monitoramento, manutenção da sede e funcionamento do conselho) é de R\$ 34.000,00. Este valor não inclui despesas com salários dos funcionários e nem encargos trabalhistas.
- O R.L.N. da unidade deve identificar na própria unidade ou no entorno, organizações da sociedade civil – ONG, com perfil técnico que possam auxiliar tanto no manejo quanto na captação de recursos para a UC. Em nenhum momento os recursos captados por ONG podem se transformar na única fonte de recursos da unidade. As ONG são parceiras do processo de implementação da unidade e não as mantenedoras.
- Elaborar e implementar um programa de sensibilização, comunicação e educação ambiental de forma a difundir, o mais amplamente possível, os objetivos da criação da unidade de conservação, seu plano de manejo e zoneamento. A expectativa é que cada cidadão, morador de uma APA, tenha plena consciência que mora numa área protegida, seja capaz de reconhecer sua propriedade no zoneamento e conheça as regras que a regem. O objetivo final deste trabalho deve ser o completo respeito às normas da APA e o apoio social a unidade.

6. Conclusões

Dos dados aportados por este trabalho conclui-se que é errada uma política estadual para conservação dos recursos naturais que tenha como estratégia principal as Unidades de Uso Sustentável. O Estado da Bahia tem uma grande dívida para com a sociedade baiana no que diz respeito a conservação integral da sua biodiversidade e deve mudar sua atual política de criação de UC dando prioridade para a criação de

Unidades de Proteção Integral de forma a proteger efetivamente nos próximos anos pelo menos **10 %** de cada um dos ecossistemas presentes no seu território

Desde o IV Congresso Mundial de Parques (Caracas, Venezuela) realizado em 1992, diversos caminhos foram trilhados no intuito de desenhar uma metodologia que fosse capaz de avaliar, com a maior objetividade possível, uma área protegida e, ao mesmo tempo, fosse um método para ser aplicado as mais diversas categorias de UC (Izurieta, 2000). A utilização do método aqui utilizado pode ser considerado como viável para esta comparação, já que é independente da categoria de Unidade de Conservação a qual se está avaliando.

A implementação de UC e a melhoria de seu manejo são como relatado em Dourojeanni & Pádua (2001), algo que se constrói aos poucos. O estudo ora apresentado representa apenas um ponto de partida, uma linha de base que permitirá que futuras avaliações possam comparar seus resultados com os obtidos neste.

Agradecimentos

Ao Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia, pela logística e apoio.

Referências bibliográficas

- Alves, S. (2002) - Gestão de áreas de proteção ambiental: um modelo em construção. *In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 259–267. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza.
- Cabral, N. R.A. J.; Côrtes, M. R. e Souza, M.P. (2001) - Áreas de Protección Ambiental em Brasil y los conflictos en su administración. *Investigaciones geográficas*, 26:181-189
- Cifuentes, M.; Izurieta, A. V. e Faria, H.H. de, (2000) - *Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas*. WWF: IUCN: GTZ, Turrialba, 105 p.
- Côrtes, M. R. (2003) - *Colegiado Gestor em Área de Proteção Ambiental: análise de três experiências no Estado de São Paulo*. Tese, Universidade de São Paulo, Campus de São Carlos, SP 235 p
- Dourojeanni, M J. e Jorge Pádua, M.T. (2001) - *Biodiversidade a hora decisiva*. Curitiba, Editora da UFPR, 308 p.

- Faria, H. H. de (1997) - Avaliação da efetividade do manejo de unidades de conservação: como proceder? *In: I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 478-499. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza Curitiba.
- Izurieta, A.; Cifuentes, M e Faria, H. H. de (1999) - *Medición de la efectividad del manejo de áreas protegidas*. Documento presentado para discusión en el Forest Innovations Project: de la teoría a la práctica, taller regional centroamericano. ATIE, Turrialba, 89 p.
- Izurieta, A. V. (2000b) - Estudo de caso nº 5. *In Evaluating Effectiveness A framework for assessing the management of protected áreas*. World Commission on Protected Areas (WCPA) IUCN, 121 p.
- Mesquita, C.A. (1999) - *Caracterización de las reservas naturales privadas en América latina*. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 157 p.
- Mesquita, C. A. (2002) - Efetividade de manejo de áreas protegidas: quatro estudos de caso em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Brasil *In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 500-510. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza.
- Moraes, M. B. R. (2004) - *Área de Proteção Ambiental como agência de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia-Iguape-Peruibe, SP*. São Paulo, Editora AnnaBlume/Fapesp 146 p.
- Padovan, M.P. (2001) - *Formulación de um estándar y um procedimiento para la certificación del manejo de áreas protegidas*. Tesis Master Science, CATIE, Turrialba, Costa Rica, 229p.
- Padovan, M. P. (2004) - Análise da situação do manejo das unidades de Conservação do Espírito Santo, Brasil. *In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, 316-325. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba.
- Röper, M. (2000) - A difícil arte do planejamento participativo: a implementação da APA Estadual de Chapada dos Guimarães como exemplo de institucionalização territorial. *In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, Vol. II, 69-78. Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação/ Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Campo Grande,.
- Tissot, B.N.; Walsh, W.J. & Hallacher, L.E. (2003) - *The Effectiveness of marine protected areas and the impacts of aquarium fish collecting in Hawaii*. West Hawaii Aquarium Project Technical Report. National Oceanic and Atmospheric Administration, Silver Springs, 22 p.